

O ECA e a violência na sala de aula: vulnerabilidade da escola brasileira

Marilda da Silva*

Adriele Gonçalves da Silva**

Julia Elaine Diniz***

Resumo

Este artigo trata de uma pesquisa quanti-qualitativa exploratória sobre a produção do fenômeno violência em espaço escolar, especificamente a violência cometida por professores em sala de aula contra crianças e adolescentes, explicitando a vulnerabilidade institucional que essa violência gera. O objetivo é abrir uma chave interpretativa sobre violência em sala de aula por professores contra alunos à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e do mecanismo da produção da cultura da violência, a partir desse entrecruzamento. As fontes foram o ECA e 184 histórias de escolarização produzidas nos anos de 2004, 2007 e 2010 por alunos do Curso de Pedagogia oferecido pela Faculdade de Ciências e Letras, campus de Araraquara, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), que diziam respeito às experiências vivenciadas na escolarização básica. As narrativas foram trabalhadas por meio de uma inflexão à Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977), configurando uma análise categorial que permitiu uma base empírica que dialogou, analiticamente, com as prescrições do ECA. Dos resultados, pode-se destacar que os professores cometem violência contra alunos na sala de aula de várias maneiras e por diferentes razões em todos os níveis de ensino; o tipo de violência mais cometida é a verbal; o contexto das situações em que ocorrem essa violência é, sobretudo, o de aprendizagem de algum conteúdo; a faixa etária mais atingida é de 8 a 9 anos; o ECA não é respeitado por professores no âmbito da relação professor-aluno. Sendo assim, esse conjunto gera vulnerabilidade da escola.

Palavras-chave: Violência na Escola. Relação Professor-aluno. Estatuto da Criança e do Adolescente.

* Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora do Departamento de Didática e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), campus de Araraquara.

** Graduada em Pedagogia e Mestra em Educação na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP).

*** Graduada em Pedagogia e Mestra em Educação na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP).

Introdução

A base empírica que sustenta esta reflexão foi constituída na pesquisa intitulada *Violência por professores e professoras na voz de suas vítimas: uma estrutura do habitus profissional em professores brasileiros*, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), encerrada em março de 2013¹. Seu objetivo foi verificar se alunos que cursaram nos anos de 2004, 2007 e 2010 do Curso de Pedagogia na Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), campus de Araraquara, sofreram, ou não, violência por parte de seus professores durante a história de escolarização vivenciada antes de ingressarem na referida universidade.

O que motivou a busca dessa informação foi o fato de que agentes expostos à violência na infância e juventude tendem a percebê-la como um expediente natural na solução de problemas (ASSIS, 2002; SALOMON, 2002; CARDIA, 2012). Levando em conta, de um lado, que nossos sujeitos foram futuros professores que se relacionarão cotidianamente com diferentes alunos e, de outro, a possibilidade da reprodução da violência por agentes que foram vítimas da mesma, verificar se futuros professores – quando alunos – sofreram violência em espaço escolar pode ser um adequado procedimento para se compreender a complexidade da produção e reprodução da violência no referido espaço, evidenciando vulnerabilidades da escola como um todo.

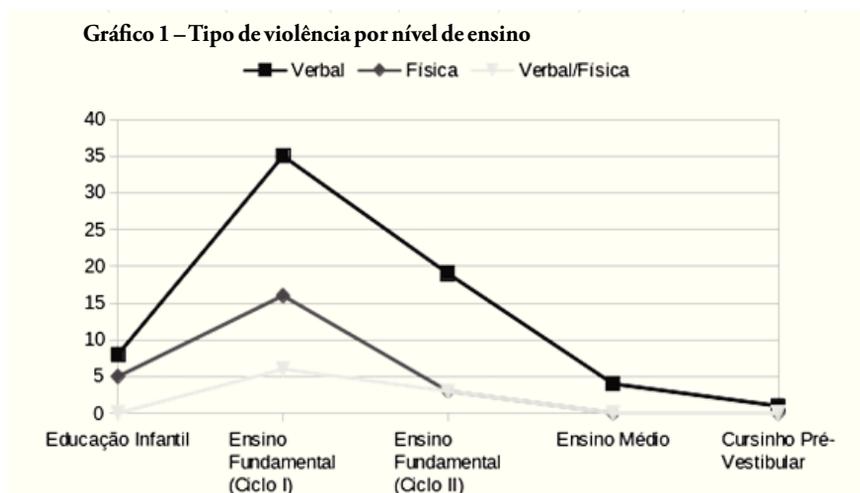
A base empírica em questão foi composta por meio de narrativas dos futuros professores: 184 histórias de escolarização produzidas pelo respectivo número de sujeitos. Por se tratarem de narrativas, para a extração e a organização das informações optou-se por uma inflexão à Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977). Assim, trabalhou-se apenas com “mensagens” explícitas que denunciavam ações violentas cometidas por professores contra alunos, neste caso, contra os sujeitos autores das fontes da pesquisa-mãe. Portanto, extraíram-se tais “mensagens”, categorizando por meio da exaustividade e da representatividade as informações permitidas pelas mesmas, de acordo com a especificidade de cada uma delas.

Os resultados obtidos na pesquisa-mãe, inexoravelmente, levaram ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990), obrigando o estabelecimento de relações entre estes e tal documento. Nesse sentido, nesta reflexão serão evidenciadas as relações em questão. Primeiramente, apresentar-se-á a base empírica constituída na pesquisa-mãe sobre violência por professores contra alunos; depois, e a partir dela, a reflexão sobre a produção da cultura da violência em espaço escolar; em seguida, a reflexão sobre a relação que há entre a violência por professores contra alunos e o conteúdo do ECA. Por fim, as considerações finais visam chamar a atenção para o

problema da constituição do fenômeno da violência em espaço escolar sem que esta reflexão esteja a procura de alvos e vítimas, mas sim a procura dos elementos que constituem tal fenômeno, com o objetivo de contribuir para a solução de vulnerabilidades da escola.

A violência por professores contra alunos na pesquisa-mãe

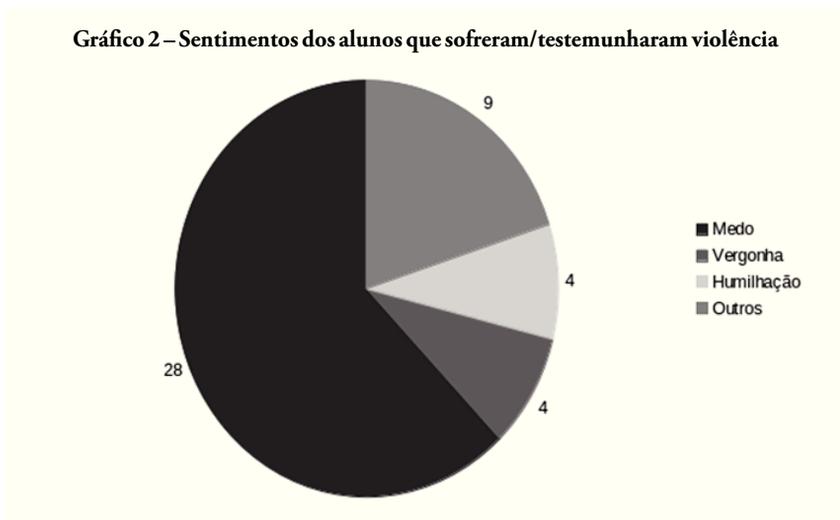
Lamentavelmente, os resultados da pesquisa-mãe evidenciaram que professores cometem violência contra alunos na sala de aula – em 184 histórias foram identificados 101 episódios – de várias maneiras e por diferentes razões em todos os níveis de ensino. Quanto aos níveis de ensino o gráfico 1, a seguir, dá o detalhamento.



Fonte: Elaboração das autoras (2011).

Observa-se que os níveis de ensino nos quais ocorrem mais episódios de violência são, respectivamente, no Ensino Fundamental Ciclo I, em seguida, no Ensino Fundamental Ciclo II, depois vem na Educação Infantil, no Ensino Médio e, por fim, no Curso Pré-Vestibular. Vale lembrar que nos níveis de ensino em que ocorre o maior índice de violência os alunos têm de 0 a 5 anos e de 6 a 14 anos, tratando-se de crianças e adolescentes. À medida que o nível de ensino se eleva, o número de ocorrências diminui. Pergunta-se, então: será que a violência vai diminuindo conforme os níveis de ensino se elevam porque alunos mais velhos podem revidar a violência que professores cometem contra eles? Não seria a violência em espaços escolares um fenômeno amalgâmico por ações de professores e alunos?

Dessa forma, a violência por professores contra alunos também gera nos alunos sentimentos específicos, como mostra o gráfico 2.



Fonte: Elaboração das autoras (2011).

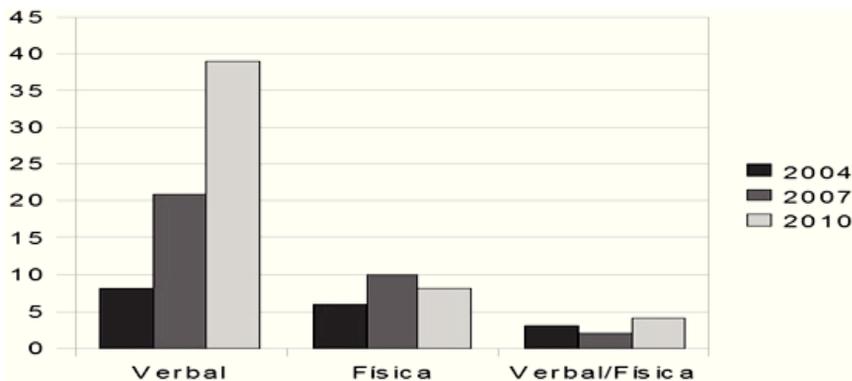
O sentimento mais manifestado é o medo. Nesse sentido, os dados mostraram que ser vítima direta da violência por professor em sala de aula ou testemunhar um ato dessa natureza envolvendo colegas provoca o mesmo sentimento, isto é, independentemente da posição social ocupada no momento da efetivação do ato – de vítima ou de testemunha –, a força da violência leva ao medo. Isso mostra o quanto esses episódios marcam a vida de um aluno. Lembramos que os produtores de nossas fontes, as histórias de escolarização, já se encontravam na universidade, portanto, na categoria adultos, e recordaram-se da violência cometida por professores quando eram crianças e adolescentes, ora como vítimas, ora como testemunhas.

Vale dizer que raríssimas vezes tais sujeitos foram vítimas diretas e testemunhas ao longo da história que narraram. Esse dado leva à seguinte pergunta: quais seriam as características físicas e comportamentais daqueles alunos que foram somente vítimas e daqueles que foram somente testemunhas de violência por professores durante a formação básica? Os dados com os quais se trabalham aqui não permitem a resposta, mas denunciam a pergunta e isso não é pouco. Outrossim, a violência por professores contra alunos não leva a um tipo de mal estar de estudante? Como ocorre o mal estar docente (ZARAGOZA, 1999), que também é derivado das tensões ocorridas, nas

relações entre professor e aluno? Essas perguntas indicam a realização de novos investimentos.

A seguir, no gráfico 3, há a síntese das informações sobre os tipos de violência cometidas por professores vivenciada por vítimas e testemunhas.

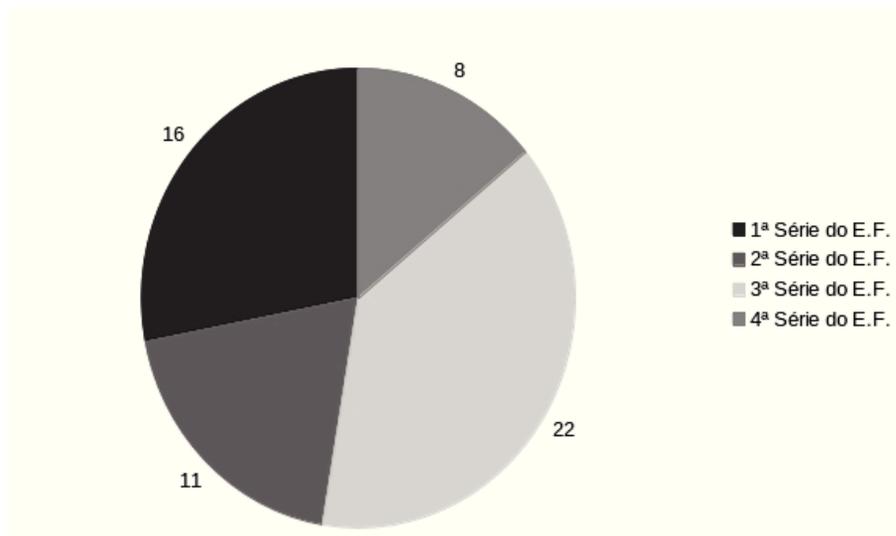
Gráfico 3 - Tipos de violência cometida por professores contra alunos



Fonte: Elaboração das autoras (2011).

No gráfico 3 pode-se notar que a violência mais cometida por professores é a violência verbal, o que ocorreu nos três anos observados: 2004, 2007 e 2010. Em seguida, é a violência física e a violência verbal/física que mais ocorrem². Portanto, a violência verbal compõe a categoria mais exuberante da problemática: violência por professores contra alunos. Isso ocorre também porque a frequência dessa categoria é potencializada quando se considera a violência verbal/física. Levando em conta a idade das vítimas e testemunhas e o tipo de violência mais cometida, é preciso mostrar em que série³ ocorre o maior número de episódios para saber em que momento da escolarização os alunos, nossos sujeitos, estiveram mais expostos à violência em questão. Lembra-se que é no Ensino Fundamental Ciclo I em que incidiu o maior número de ocorrências, como aponta o gráfico 1.

O gráfico 4, além de mostrar a série em que os alunos se encontravam, também potencializa a compreensão das relações entre idade e violência, apontada no gráfico 1.

Gráfico 4 - Ocorrência de episódios de violência por série

Fonte: Elaboração das autoras (2011).

Como se pode observar, a série na qual os professores mais cometeram violência contra alunos foi a 3ª série. Nessa série, em idade ideal, os alunos tinham entre 8 e 9 anos, sendo crianças, de acordo com o ECA (BRASIL, 1990). Então, professores cometeram violência contra crianças que estavam na posição social/institucional de alunos. Lembra-se que essas crianças são os adultos que produziram as fontes da pesquisa em questão e que a época da produção das mesmas eram futuros professores. A posição institucional desses, então alunos, combinada com as características estruturais do fenômeno da produção e reprodução da violência mencionada anteriormente evidenciam a complexidade da constituição do fenômeno violência em espaço escolar, sobretudo, quando se trata de crianças que no futuro serão professores. Visando maior esclarecimento sobre a constituição do fenômeno “produção e reprodução da violência em espaço escolar”, tendo em vista a complexidade a qual nos referimos, a seguir apresentar-se-á uma reflexão acerca do mesmo.

A produção e reprodução da violência em espaço escolar: configuração da cultura da violência

Para essa explicação priorizamos como fonte/fundamento o relatório de pesquisa intitulado *Pesquisa nacional, por amostragem domiciliar, sobre atitudes, normas culturais e valores em relação à violação de direitos humanos e violência 2010: um estudo em 11 capitais de estado* do Núcleo de Estudos sobre violência da Universidade de São Paulo NEV/USP⁴ (CARDIA, 2012). Para essa decisão levou-se em conta o fato do documento ter sido fruto de uma pesquisa nacional/longitudinal publicada em 2012. Portanto, são dos resultados desse relatório que derivam as observações que serão apresentadas a seguir sobre o fenômeno em pauta. Primeiramente, vale dizer que tal fenômeno gera um outro, isto é, a produção e reprodução da violência em espaço escolar é o movimento que configura a cultura da violência em tal espaço e em todos os outros. Nesse sentido, a produção da cultura da violência em espaços escolares se dá, de acordo com Cardia (2012, p. 9), pela seguinte razão:

A exposição à violência também afeta as atitudes, os valores e as crenças em relação às causas e ao uso da violência, aumentando a probabilidade de que esta seja encarada como uma reação razoável e apropriada para uma situação, como aceitável para corrigir um erro ou como aceitável para se proteger a honra, estimulando uma “cultura da violência”.

Ademais, o mesmo relatório salienta que a violência é socialmente apreendida. É apreendida em casa, na escola, na comunidade e em outras instituições onde crianças e adolescentes são expostos frequentemente a atos violentos, sejam como vítimas seja como testemunhas. Tal pesquisa mostra sujeitos que vivenciaram experiências violentas com punição corporal na infância, levando em conta, sobretudo, a frequência com que a punição ocorria e o instrumento utilizado. A maioria dos entrevistados disse ter apanhado na infância e adolescência, sendo que 1 em cada 5 responderam ter apanhado regularmente quando criança. Estes são os que apanhavam com instrumentos considerados com mais poderes de danos como, por exemplo, cinto ou vara.

Os sujeitos que apanharam quando criança são os mesmos que afirmaram usar de violência contra seus filhos caso estes não se comportassem bem. Ademais, esses mesmos sujeitos esperam que seus filhos ajam com violência para se protegerem de agressões. Portanto, pais que foram punidos fisicamente quando crianças tendem a repetir esta experiência, punindo da mesma forma seus filhos. Ainda de acordo com o relatório fonte, “[...] pesquisas como as de Knox (2010) e Maker (2005) demonstraram

forte relação entre ser vítima de punição corporal na infância e maior agressividade nos demais estágios de vida” (CARDIA, 2012, p. 91). Outro resultado significativo diz respeito ao fato de que quanto mais grave for a violência a qual esteve exposta uma pessoa maior é a aprovação de seu uso para resolver seus conflitos pessoais. Isso mostra que crianças e adolescentes expostos à violência podem perfeitamente percebê-la e aprová-la como legítima, aumentando, assim, a possibilidade da reprodução da violência pelas respectivas vítimas.

Desse modo, a criança que sofre uma punição pode usar desse expediente quando adulto, por exemplo, para resolver seus conflitos diários. É esse movimento que consubstancia o ciclo da violência, gerando a produção de uma cultura da violência que atravessa gerações. Ou seja, os métodos usados por uma geração podem influenciar gerações futuras. Nessa medida, os dados apresentados aqui sobre violência de professores contra alunos mostram a que vieram, pois as crianças e adolescentes que foram vítimas ou testemunhas podem reproduzir essa violência quando professores. Esses resultados estimularam a compreensão sobre as relações que eles estabelecem com as prescrições do ECA (BRASIL, 1990), uma vez que esse é o instrumento que regula institucional e socialmente os direitos da criança e do adolescente no Brasil. É sobre essa relação que se discorrerá a seguir.

Violência por professores contra alunos e o ECA

O ECA decorre primordialmente da Constituição da República Federativa do Brasil datada de 1988 (BRASIL, 1988). Em 1990, pela lei nº 8.069, esse Estatuto afirma acentuadamente os direitos das crianças e dos adolescentes brasileiros. A esse respeito, o Art. 5º do ECA menciona: “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (BRASIL, 1990, p. 1).

A partir dessa reflexão, busca-se chamar a atenção para o fato de que os direitos da criança e do adolescente previstos no ECA não vem sendo integralmente respeitados no espaço escolar, como apontam os dados já apresentados. O Gráfico 1, por exemplo, figura como a primeira chave que abre para esse problema. Outrossim, foram 101 relatos de violência contra alunos, vítimas e/ou testemunhas, enquanto eles pertenciam às faixas etárias protegidas pelo estatuto. Nesse sentido, o conteúdo do Art. 2º do ECA afirma: “considera-se criança, para os efeitos desta lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescentes aquela entre doze e dezoito anos de idade” (BRASIL, 1990, p. 1).

Vale dizer que a violência sofrida pelos alunos tem como contexto situações que envolviam o comportamento dos mesmos, bem como suas dificuldades na aprendizagem. Entretanto, foi sobre as dificuldades de aprendizagem que recaiu o maior índice de violência, corroborando, com isso, o fato de que a violência cometida contra o grupo se concentrou na 3ª série do Ensino Fundamental Ciclo I. A gravidade do problema é bastante significativa, pois as crianças/alunos em tal série estão em pleno processo de alfabetização. Isso significa que essas crianças foram vítimas de seus professores quando precisavam ser acolhidas por eles, na medida em que estavam iniciando seu percurso de escolarização. Nesse sentido, as crianças/alunos foram duplamente agredidas: como pessoas e como pessoas estudantes. Como bem aponta o ECA, no Art. 53º, item II: “A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes: II - direito de ser respeitado **por seus educadores**” (BRASIL, 1990, p. 14, grifo nosso).

Ademais, as dificuldades de aprendizagem são absolutamente naturais a qualquer processo de ensino – aprendizagem de algum tipo de saber que é novo ao sujeito que aprende. Mais naturais ainda são as dificuldades quando se trata do processo de ensinar e do processo de aprender no âmbito da escola como um todo, precisamente na sala de aula. Caso contrário, as escolas não seriam necessárias à vida humana. Então, a escola não está funcionando como uma das poucas instituições que, querendo ou não, é sim também responsável pelo processo civilizador (ELIAS, 1994). O artigo 18º do ECA aponta para a direção em que estamos: “É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor” (BRASIL, 1990, p. 3). Se o Estatuto evoca que é “dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente”, a escola não pode ficar fora de tal dever. É nisso que reside sua função de contribuir efetivamente para a construção do processo civilizador.

Desse modo, no conjunto dos dados percebe-se que o aluno fica com medo mesmo quando não é a vítima direta, porque coloca em perspectiva a possibilidade de situação semelhante ocorrer com ele e levá-lo à posição de vítima direta. Os sentimentos dos autores das histórias de escolarização expressaram exatamente o contrário do que o estatuto prevê:

Art. 4º. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à **dignidade**, ao **respeito**, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990, p. 1, grifos nossos).

Novamente no Artigo 15º o respeito e a dignidade são citados como direito das crianças e dos adolescentes: “A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis” (BRASIL, 1990, p. 3).

O Artigo 17º traz mais esclarecimentos sobre a proteção da criança e do adolescente: “Art. 17º. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais” (BRASIL, 1990, p. 3).

Nas histórias de escolarização, além do relato do fato violento sofrido/testemunhado, os estudantes evidenciaram por meio da descrição do sentimento de medo, de humilhação ou da dificuldade de compreender um conteúdo ministrado o quanto a violência cometida por professores contra alunos na sala de aula marcou seus processos escolares. A falta de respeito e dignidade pode interferir de maneira ativa na integridade psíquica, moral e/ou física da criança/adolescente, prejudicando também seu processo de desenvolvimento pessoal e não apenas o escolar. Perguntas, dentre muitas, que cabem agora são as seguintes: como comprovar que um professor desrespeitou o Estatuto da Criança e do Adolescente? Será que os alunos têm voz suficiente para provar o desrespeito cometido contra eles e contra o próprio Estatuto? De que maneira os cursos de formação de professores estão se posicionando em relação às vulnerabilidades da escola no que diz respeito à violência cometida por professores contra alunos e ao não cumprimento do ECA?

Feitas as perguntas, o ECA dispõe no Art. 232º sobre penalidades que devem ser aplicadas em casos de violência contra crianças e adolescentes: “submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento: Pena - detenção de seis meses a dois anos” (BRASIL, 1990, p. 53). Mais uma vez reiteramos: neste caso a ordem de grandeza dos dados se avoluma devido à possibilidade da produção e reprodução da cultura da violência, como já explicitamos. Essa parece ser a grande questão que merece aprofundamentos, justificados epistemológica e eticamente, por pesquisadores de diferentes campos.

Considerações finais

Pelo exposto, há que se ressaltar que a violência é apreendida por meio de espelhamentos socialmente objetivados. Ou seja, o agente que é exposto à violência na infância e na adolescência, em diferentes instituições, pode reproduzi-la, naturalizando

tal procedimento na convivência humana como um todo. Em se tratando de espaço escolar, esse mecanismo pode ganhar força pedagógica, dada as características das práticas escolares/educativas que fazem parte da natureza do trabalho docente propriamente dito que é realizado somente na escola. A produção e reprodução da violência em espaço escolar é um potente gerador da cultura da violência, quer seja para ser vivenciada nesse espaço, quer seja para ser vivenciada na sociedade de modo geral. Levando em conta que a violência é apreendida socialmente, faz-se necessário ir ao princípio: será que os professores que cometeram violência contra os futuros professores, sujeitos da pesquisa-mãe, foram vítimas de violência na infância e adolescência? Essa é uma pergunta de caráter inexorável para se pensar a violência por professores contra alunos. Caso contrário, trata-se apenas de um exercício denunciatório. O que não é o caso.

Contudo, não se pode ocultar o que os dados mostraram. Nesse sentido, por exemplo, o ECA não tem sido adequadamente respeitado no âmbito da relação professor-aluno. A violência contra alunos em sala de aula interfere na vida escolar dos mesmos diuturnamente, pois estes carregam por toda sua trajetória de escolarização os receios e medos, além dos bloqueios que os impedem de adquirir conhecimento. Além disso, os atos violentos sejam eles físicos, verbais ou ambos funcionam como aparatos simbólicos, isto é, legitimam a dominação através das relações que envolvem sujeitos em posições sociais distintas, como é o caso da relação professor-aluno. Nesse sentido,

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dando reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a domesticação dos dominados. (BOURDIEU, 2011, p. 11).

Talvez por esse motivo, em nenhuma história de escolarização apareceu relato dizendo que o professor foi responsabilizado por cometer violência contra alunos. Segundo Santos (2002), muitos atos de violência praticados e testemunhados contra crianças e adolescentes não são levados ao conhecimento das autoridades e não chegam nem a existir sob a ótica do mundo jurídico. Então, até que ponto o ECA protege com eficácia a criança e o adolescente dentro da escola brasileira?

Levando em conta que as Licenciaturas são responsáveis por formar professores que atuam na Educação Infantil, Ensino Fundamental Ciclo I e II e Ensino Médio a

temática “violência em espaço escolar”, a partir dos dados aqui apresentados, exige a constituição de projetos educativos que sejam de longo alcance, isto é, que ultrapassem disciplinas escolares e atinjam o cotidiano da escola como um *corpus*, em que sejam envolvidos todos os agentes da instituição, com o objetivo de possibilitar a configuração de uma “espécie” de um micro processo civilizador que, certamente, será reproduzido fora dos muros escolares pelas ações de cada agente que dele fizer parte. Talvez seja adequado usar a mesma racionalidade do processo da produção e reprodução da violência para se produzir um processo de produção e reprodução da ética e do respeito em direção à produção de uma cultura da não violência.

Notas

- ¹ Este projeto, sob o número de processo na FAPESP 2010/11054-6, foi devidamente aprovado pelo Comitê de Ética da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, campus Araraquara, em 2011.
- ² A violência verbal/física é assim denominada quando há episódios em que a violência verbal e física são operacionalizadas na mesma situação.
- ³ Na legislação nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, que trata do Ensino Fundamental, a denominação é ano e não série. Mantivemos série porque os autores de nossas fontes cursaram o Ensino Fundamental antes de 2006 e registraram em suas histórias de escolarização série e não ano. Contudo, as idades por série e por ano são muito próximas quando se trata do referido nível de escolarização.
- ⁴ O Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP) realizou uma ampla pesquisa nacional por amostragem domiciliar sobre atitudes, normas culturais e valores relacionados à violação de direitos humanos e a violência. A pesquisa tem o objetivo de examinar a relação que o contato contínuo com a violência tem sobre o comportamento, as atitudes, os valores e as normas, bem como a percepção dos entrevistados sobre as instituições encarregadas de garantir a sua segurança. Para analisar o impacto que a exposição à violência tem sobre normas, crenças e valores, foram entrevistadas pessoas residentes de 11 capitais brasileiras (Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Belém, Manaus, Porto Velho, Goiânia e Fortaleza) com idade entre 16 anos ou mais. As entrevistas ocorreram por meio de um questionário padrão aplicado inicialmente em 1999 e depois em 2010.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Simone Gonçalves. Crescendo em meio à violência. In: WESTPHAL, Marcia Faria. *Violência e Criança*. São Paulo: Edusp, 2002. p.115-124.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Editora 70, 1977.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 20 de set 2013.

BRASIL. Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 7 fev. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11274.htm>. Acesso em: 20 set. 2013.

CARDIA, Nancy (Coord.). *Pesquisa nacional, por amostragem domiciliar, sobre atitudes, normas culturais e valores em relação à violação de direitos humanos e violência: um estudo em 11 capitais de estado*. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.nevusp.org/downloads/down264.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2013.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. v.1.

SALOMON, Zahava. Situação da criança e do adolescente em Israel: “Crescendo em ambientes violentos – Vulnerabilidade e Resiliência”. In: WESTPHAL, Marcia Faria. *Violência e Criança*. São Paulo: Edusp, 2002. p. 73-89

SANTOS, Maria Celeste Cordeiro Leite Dos. Raízes da violência na criança e danos psíquicos. In: WESTPHAL, Marcia Faria. *Violência e Criança*. São Paulo: Edusp, 2002. p. 189-204.

ZARAGOZA, José Manuel Esteve. *O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

ECA and violence in class: vulnerability of the Brazilian school

Abstract

This is an exploratory quantitative and qualitative research about school violence production, mainly when it is committed by teachers against children and adolescents, since it demonstrates the vulnerability of the institution caused by the violence. The goal is to understand the violence committed by teachers in the classroom in face of the Child and Adolescent Statute (ECA) and the violence production mechanism, from this network. The sources were composed of ECA and 184 school stories produced in 2004, 2007 and 2010 by Pedagogy course students, offered by the College of Science and Arts – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) in the campus of Araraquara, state of São Paulo. The narratives were carried out through the inflexion to the Content Analysis technique (BARDIN, 1977), setting a categorical analysis, which allowed an empirical basis that refers to the requirements of ECA. The results highlighted that teachers commit violence against students in many ways and for different reasons at all educational levels; the verbal violence is the most committed one; the context of the situations in which this violence occurs happens specially toward learning; the most affected group is aged 8 or 9 years old, which corresponds to the 3rd grade of Elementary School Cycle I; teachers don't respect ECA regarding the teacher-student relationship. This set of factors produces the school vulnerability.

Keywords: Violence. Teacher-Student Relationship. Statute of Child and Adolescent.

El Estatuto del Niño y del Adolescente (ECA) y la violencia en el aula: vulnerabilidad de la escuela brasileña

Resumen

Se trata de una pesquisa de corte cuantitativo-cualitativa exploratoria sobre la producción del fenómeno violencia en el espacio escolar, específicamente, la violencia cometida por profesores en aula contra niños y adolescentes, explicitando la vulnerabilidad institucional que esa violencia genera. El objetivo es abrir una llave interpretativa sobre violencia en el aula por profesores contra alumnos a la luz del Estatuto del Niño y del Adolescente (ECA) y del mecanismo de producción de la cultura de la violencia, desde ese entrecruzamiento. Las fuentes fueron el ECA y 184 historias de escolarización producidas en 2004, 2007 y 2010 por alumnos del Curso de Pedagogía ofrecido por la Facultad de Ciencias y Letras – Campus de Araraquara de la Universidad Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Brasil) que decían respeto a las experiencias vividas en la escolarización básica. Las narrativas fueron trabajadas por medio de una inflexión al Análisis de Contenido (BARDIN, 1977), configurando un análisis de categorías que permitió una base empírica que dialogó, analíticamente, con las prescripciones del ECA. Algunos resultados pueden ser destacados: los profesores cometen violencia contra alumnos en el aula de varias formas y por diferentes razones en todos los niveles de enseñanza; la violencia más cometida es la verbal; el contexto en el que ocurre esa violencia es, fundamentalmente, el de aprendizaje de algún contenido; el grupo etario más atingido es el grupo de 8 a 9 años (3ª serie de la Enseñanza Fundamental Ciclo I); el ECA no es respetado por profesores en el ámbito de la relación profesor-alumno. Así, ese conjunto genera vulnerabilidad de la escuela.

Palabras claves: Violencia en la escuela. Relación profesor-alumno. Estatuto del Niño y del Adolescente.

Marilda da Silva

E-mail: marilda@fclar.unesp.br

Adriele Gonçalves da Silva

E-mail: adrielegons@gmail.com

Julia Elaine Diniz

E-mail: juliae_diniz@hotmail.com

Recebido em: 18/03/2014

Aprovado em: 15/12/2014

